



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## CRITÉRIOS A APLICAR NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO POR PONDERAÇÃO CURRICULAR

O Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 08/02 veio uniformizar os critérios a aplicar na realização de ponderação curricular no artigo 43º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, em todos os serviços da Administração Pública.

Face ao disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, na sua redação atual, com as especificidades definidas pelo Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 08/02, o Conselho Coordenador de Avaliação, composto por: Presidente da Câmara - Senhor Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva, a Vereadora dos Recursos Humanos, Senhora Sónia Alexandra Pires Guerreiro, a Chefe da Divisão de Administração e Financeira, Senhora Ivone da Conceição Costa Marinho, o Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Gestão Urbanística, Senhor Renato Sérgio Tenedório Martins, o Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo, Senhor Nuno Jorge Costa Correia e o Diretor do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, senhor Venceslau Artur Teixeira, propõe as seguintes regras e critérios para a aplicação da ponderação curricular.

1. O currículo deve relatar, de forma clara, sintética e estruturada, a informação necessária e relevante para apreciar cada um dos critérios, devendo ainda ser acompanhado de documentação comprovativa de exercício de cargos de funções ou atividades, bem como outra documentação que o trabalhador considere relevante para apreciação do seu mérito.
2. Cada um dos elementos da ponderação curricular é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5, não podendo em qualquer caso ser atribuída uma pontuação inferior a 1.

A ponderação curricular final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos critérios de apreciação e ponderação, de acordo com a seguinte fórmula:

Ponderação curricular (PC) = 0,10 HA + 0,55 EP + 0,20 VC + 0,15 CD

Em que:

**HA:** habilitações académicas profissionais

**EP:** Experiência Profissional

**VC:** Valorização curricular

**CD:** Cargo de Dirigente ou outro de reconhecido interesse público e/ou social.

### 2.1 HABILITAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS

Neste item serão consideradas as habilitações académicas ou profissionais legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na respetiva carreira de acordo com o seguinte:



**Município de Vila Nova de Cerveira  
Câmara Municipal**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- Inferior à exigida à data da integração na carreira: 1 ponto
- Habilitação Académica equiparada para efeitos profissionais à legalmente exigível à data de integração na carreira: 3 pontos.
- Titularidade de habilitação legalmente exigível: 5 pontos.

## **2.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Neste item será considerada a antiguidade na carreira e as funções ou atividades exercidas durante o ano em avaliação, incluindo as desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes ou outros de relevante interesse público.

A valorização deste item será obtida através da seguinte formula:

$$EP = 0,30 AC + 0,70 AP$$

### **Experiência Profissional**

Em que:

**AC:** Antiguidade na carreira

**AP:** Atividade Profissional

### **2.2.1 Antiguidade na carreira**

Até 3 anos: 1 ponto

De 3 anos a 10 anos: 3 pontos

Mais de 10 anos: 5 pontos

### **2.2.2 Atividade profissional**

Neste item será avaliada a relevância de outras funções exercidas no ano a avaliar, bem como a participação em ações ou projetos com interesse para a carreira/cargo, de acordo com o seguinte:

- Reduzida relevância das funções exercidas: 1 ponto
- Media relevância das funções exercidas: 3 pontos
- Elevada relevância das funções exercidas: 5 pontos

## **2.3 VALORIZAÇÃO CURRICULAR**

Na valorização curricular é considerada a participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizados nos últimos 3 anos, nela se incluindo as frequentadas no exercício de cargos dirigentes ou outros de relevante interesse público e/ou



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

social de acordo com o seguinte:

- Sem formação: 1 ponto
- Até 35 horas de formação: 3 pontos
- Mais de 35 horas de formação: 5 pontos

No âmbito deste critério, e na ausência de informação relevante para o efeito, considerar-se-á que:

- 1 dia = 7 horas
- 1 semana = 35 horas;
- 1 mês = 140 horas.

## **2.4 CARGOS DIRIGENTES OU OUTROS DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO E/OU SOCIAL**

Serão consideradas as funções exercidas nos últimos 3 anos, incluindo os anos a que se refere a avaliação, de acordo com o seguinte:

$$CD = 0,70 FD + 0,30 IP$$

Em que:

FD: Funções de Dirigente

IP: Funções de relevante interesse público ou social

### **2.4.1 CARGOS DE DIRIGENTES**

#### **2.4.1.1 Para a carreira de Técnico Superior**

- Sem exercício de cargos ou funções: 1 ponto
- Até 3 anos: 3 pontos
- Mais de 3 anos: 5 pontos

#### **2.4.1.2 Para a carreira de Assistente Técnico e Assistente Operacional**

Neste item, será considerado o exercício de funções de chefia ou coordenação.

- Sem exercício de cargos ou funções: 1 ponto
- Até 3 anos: 3 pontos
- Mais de 3 anos: 5 pontos



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**2.4.2 Exercício de funções de relevante interesse público ou social:**

- Sem exercício de cargos ou funções: 1 ponto
- Até 3 anos: 3 pontos
- Mais de 3 anos: 5 pontos

**2.4.3** Quando deva ser atribuída a pontuação de um ponto no item “cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social” a fórmula final de ponderação curricular será a seguinte:

$$\text{Ponderação curricular (PC)} = 0,10 \text{ HA} + 0,60 \text{ EP} + 0,20 \text{ VC} + 0,10 \text{ CD}$$

**3. AVALIAÇÃO FINAL**

De acordo com o nº 1, do artigo 37º, do Decreto Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, a avaliação final é expressa nas seguintes menções qualitativas e quantitativas:

**Muito Bom** corresponde a uma avaliação final de 4 a 5;

**Bom** corresponde a uma avaliação final de 3,500 a 3,999;

**Regular** corresponde a uma avaliação final de 2 a 3,499;

**Inadequado** corresponde a uma avaliação final de 1 a 1,999.

Nota: Os trabalhadores integrados nas carreiras subsistentes são equiparados, para efeitos de avaliação curricular de acordo com a seguinte tabela:

Carreiras	Carreiras Gerais
- Especialistas de informática	- Técnico Superior
- Técnico de informática	- Assistente Técnico
- Técnico Profissional – Fiscal Municipal	- Assistente Técnico